



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA-MG**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Avenida Confúcio, 1150 – Centro - Montalvânia-MG, inscrito no CNPJ sob o Nº 17.097.791/0001-12, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fredson Lopes França, torna público que fará a realização de licitação objetivando a seleção da proposta mais vantajosa para a **“contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município”**, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e de acordo com projetos, em observância ainda ao detalhado no anexo I - projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”, objeto do Processo Licitatório nº 092/2022 – Tomada de Preços nº 013/2022, conforme descrito no item 03 (três), do tipo **“menor preço”**, tendo como critério de julgamento por **“preço global”**, com regime de execução do futuro contrato administrativo “Indireta - Empreitada por Preço Global”, nos termos do art. 10º, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº: 8.666/93, ficando ainda os interessados sujeitos as condições de Cadastramento junto ao Município, bem como as normas estabelecidas no presente instrumento convocatório, que se subordina aos ditames da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, e suas alterações, não se aplicando na presente licitação as prerrogativas dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06, cuja “Documentação de Habilitação e Propostas de Preços” deverão serem entregues na data, local e horário descrito no item 1 (um)

SUMÁRIO

- 01 – Do local de entrega dos envelopes contendo documentação e proposta
- 02 – Da abertura dos envelopes contendo documentação
- 03 – Do objeto
- 04 – Das condições para participação
- 05 – Do cadastramento
- 06 – Da documentação de habilitação
- 07 – Da proposta de preço
- 08 – Dos envelopes
- 09 – Do recebimento e abertura dos envelopes
- 10 – Do recurso administrativo
- 11- Dos critérios de julgamento, homologação e da Adjudicação
- 12- Da anulação e revogação da licitação
- 13- Da síntese do contrato administrativo, da ordem de serviço e das medições
- 14- Das responsabilidades das partes
- 15- Da dotação orçamentária
- 16- Da vigência do contrato administrativo
- 17- Da emissão das notas fiscais e do pagamento



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



- 18- Da vedação de alteração de preços
- 19- Supressões decorrentes de alteração nos serviços de reforma predial
- 20- Das sanções administrativas
- 21- Das disposições gerais
- 22- Da vinculação das partes
- 23- Da publicação
- 24- Da impugnação ao instrumento convocatório/edital
- 25- Dos casos omissos
- 26- Do foro

ANEXOS

- Anexo I – Projeto básico/especificações técnicas
- Anexo II – Minuta do contrato administrativo
- Anexo III - Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/edital e seus anexos
- Anexo IV – Declaração do cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
- Anexo V – Declaração de inexistência de inidoneidade para contratar com a administração pública
- Anexo VI – Memorial descritivo
- Anexo VII - Planilha orçamentária
- Anexo VIII - Cronograma físico-financeiro
- Anexo IX – Projetos arquitetônico/croquis
- Anexo X – Termo de visita técnica do local de execução dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, e ou termo de declaração.
- Anexo XI – Declaração de dispensa de realização visita técnica do local de dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil.
- Anexo XII – Proposta de Preços

MODELOS

- 01 - Carta de credenciamento
- 02 - Ordem de serviço para dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil.
- 03 - Termo de recebimento provisório dos serviços
- 04 – Termo de encerramento contratual
- 05 – Termo de responsabilidade de garantia dos serviços

1 - DO LOCAL DE ENTREGA DOCUMENTAÇÃO/PROPOSTA

- a) - LOCAL: **Av. Confúcio, nº 1150 – Centro – Montalvânia – Departamento de Licitações**
- b) - DATA: **Até o dia 29/11/2022**
- c) - HORÁRIO: **Até as 14h00min – horário de Brasília**



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



2 - DA ABERTURA ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO

2.1. A abertura dos envelopes será em sessão pública a ser realizada pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo indicado:

a) - LOCAL: **Av. Confúcio, 1150 – Centro – Montalvânia – Departamento de Licitações**

b) - DATA: **Dia 29/11/2022**

c) - HORÁRIO: **Às 14h00min – horário de Brasília**

2.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

3 - DO OBJETO

3.1 Constitui objeto da presente licitação a seleção da proposta mais vantajosa para a **“contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município”**, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e de acordo com projeto executivo, em observância ainda ao detalhado no anexo I - projeto básico/especificações complementares, a teor do anexo II - minuta do Contrato Administrativo, e de acordo com os ditames da Lei 8.666/93 e suas alterações, instrumentos estes que são parte integrantes do presente instrumento convocatório/edital, para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de transcrição.

3.2 O valor máximo para a futura contratação que o Município se propõe a pagar pela a execução dos serviços, conforme detalhado na planilha orçamentária, (preço SETOP – 06/2022, é o valor global de **R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)**, incluso BDI EDIFICAÇÃO desonerado, limitado em 29,38% e BDI PROJETO desonerado, limitado em 25,80%.

3.3 A proponente licitante deverá elaborar planilha orçamentária, espelhando na planilha disponibilizada pelo Município, onde consta detalhado serviços e materiais, com seus respectivos quantitativos e valores unitários e totais, onde o licitante não poderá fazer constar em sua planilha valores superiores, sob pena de desclassificação da sua proposta de preços, devendo ainda a planilha ser elaborada espelhando no que couber no anexo I - projeto básico/especificações complementares.

4 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar da presente licitação, Pessoa Jurídica com habilidades compatível para com o objeto constante do item 3 (três) e, que não estejam sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou cumprindo pena de suspensão ou sob declaração de inidoneidade, que lhes tenham sido aplicadas, por força da Lei nº 8.666/93 e desde que comprove possuir capital mínimo de 10% (dez por cento), do valor global estimado para o objeto desta licitação, nos termos do § 3º do art. 31 da Lei Federal nº 8.666/93. Onde a comprovação poderá ser verificada junto com a documentação



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



apresentada no ato do cadastramento ou ser reapresentada novamente copia do contrato social ou copia do demonstrativo contábil/balanco patrimonial apresentado na forma da lei, junto com a documentação de habilitação, comprovando possuir capital compatível com o mínimo exigido acima.

4.2 Em se tratando de microempresa e, ou empresa de pequeno porte, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006, certidão esta que deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e enfeixada no envelope 02 (dois).

5. – DO CADASTRAMENTO

5.1 As empresas que se interessarem em participar do certame, e não forem cadastradas junto ao Município de Montalvânia (MG), ou que não forem cadastradas junto ao SICAF, deverão apresentar para cadastramento junto ao Município até o prazo constante no item 01 (um), deste instrumento convocatório/edital, os seguintes documentos em copias xerox acompanhada das respectivas originais, para fins autenticação (confere com o original), a ser realizados por servidor da licitação:

5.2 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A HABILITAÇÃO JURÍDICA– (Art. 28):

5.2.1 Registro Comercial no caso de Empresa Individual, devidamente registrado ou;

5.2.2 .Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (ultima alteração se houver), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades pôr ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores ou;

5.2.3 Inscrição do Ato Constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício ou;

5.2.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA REGULARIDADE FISCAL– (Art. 29):

5.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.3.2 Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, emitida pela Receita Federal do Brasil;

5.3.3 Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia Tempo de Serviços (FGTS) demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei;

5.3.4 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

5.3.5 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



5.3.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT);

Observação:

- 1. Com exceção de documentações extraídas via internet, toda documentação que for apresentada em sistema de cópia xérox a mesma deverá ser autêntica em cartório ou pelo servidor do setor de licitações, onde neste último caso é necessário apresentar o documento em original acompanhado de cópia xérox, com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, do horário findo para a entrega da documentação e proposta, conforme detalhado no item 1 deste edital..

5.4 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA QUALIFIC. TÉCNICA-(Art. 30):

5.4.1. Registro de inscrição da proponente licitante junto ao CREA ou junto ao CAU.

5.5 DOC. RELATIVA QUALIF. ECONOMICA E FINANCEIRA (Art. 31):

5.5.1 Certidão Negativa de pedido de falência ou concordata expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante.

5.5.2 O Balanço Patrimonial e D.R.E (Demonstração do Resultado do Exercício Exigível), que foi apresentada no corrente exercício e, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira da empresa.

5.5.2.1 no caso de empresa constituída no presente exercício, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade);

5.5.2.2 comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de Liquidez Corrente (LC) $\geq 1,50$, resultantes da aplicação da fórmula:

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior do que 1,50. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Exigível a Longo Prazo.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXÍGIVEL A LONGO PRAZO}} \geq 1,50$$

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1,50. Será considerado com Índice de Liquidez Corrente o quociente do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \geq 1,50$$



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



PASSIVO CIRCULANTE

- **Índice de Endividamento (IE)** igual ou menor que 0,50 (meio por cento). Será considerado com Índice de Endividamento o quociente da soma Passivo Circulante com Exigível a Longo Prazo pela Ativo Total.

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXÍGIVEL A LONGO PRAZO}}{\text{ATIVO TOTAL}} \leq 0,50$$

5.5.3 Fica facultado ao Proponente Licitante o direito de substituir o (IE – índice de endividamento) exigido acima por (SG – solvência geral) desde que o (SG) seja maior ou igual a ($\geq 1,50$).

5.6 Declaração complementar

5.6.1 Declaração de cumprimento do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal, (modelo em anexo).

Observação:

1. Sob pena de indeferimento do cadastramento, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da proponente licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- > se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- > se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- > se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- >) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (APÓS CADASTRAMENTO)

6.1- No envelope 01 Documentação Habilitação, deverá conter os seguintes documentos, sob pena de inabilitação:

6.1.1 Cópia do Certificado de Registro Cadastral (CRC), fornecido pela Prefeitura Municipal de Montalvânia à empresa licitante ou fornecido pelo SICAF, com validade ano 2022;

6.1.2 Certidão Negativa ou Positiva de Efeito Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, emitida pela Receita Federal do Brasil;

6.1.3 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

6.1.4 Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante;

6.1.5 Certidão de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia Tempo de serviços (FGTS).



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



6.1.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT).

6.1.7 Cópia do termo de visita técnica realizada no local da execução das obras, conforme detalhado nos subitens do item 4. deste instrumento convocatório/edital.

6.1.8 **Capacidade técnico-operacional** – a proponente licitante deverá apresentar junto com a documentação habilitação enfeixada no envelope 01, cópia de atestado ou declaração de **capacidade técnico-operacional**, fornecido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Pessoa Jurídica de Direito Privado, conforme dispõe o § 1º o art. 30 da Lei Federal nº. 8.666/93, comprovando execução de serviço, igual ou semelhante a da presente licitação.

6.1.9 **Capacidade técnico-profissional** – a proponente licitante deverá apresentar junto com a documentação habilitação e enfeixada no envelope 01, cópia do registro de inscrição (carteirinha) do **Responsável Técnico** emitida pelo (CREA e ou CAU), acompanhada de cópia de Acervo Técnico (CATs), emitida pelo CREA e ou CAU, e ou cópia de (ART) e ou (RRT), emitida em nome do engenheiro responsável técnico, atestando execução de serviço, igual ou semelhante a da presente licitação, onde este profissional deve pertencer ao quadro da proponente licitante, conforme dispõe o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, objeto de apresentação da comprovação através cópia da carteira profissional (CTPS), ou cópia do contrato social, ou da licitante, ou cópia de ficha de registro, ou cópia de contrato de prestação de serviço junto a licitante, ou ainda mediante apresentação de declaração futura do profissional detentor do atestado, desde que acompanhado de instrumento de sua anuência (**declaração ou termo de compromisso firmado entre o profissional e a licitante, com o devido reconhecimento de firma em cartório**), de que se a licitante for declarada vencedora, se compromete a prestar os serviços técnicos junto ao Município de Montalvânia, em observância ao teor do Enunciado do Acórdão nº 1.446/2015 do TCU.

Observações:

- 1. Toda documentação acima (subitem 6.1) poderão ser apresentadas em original ou por qualquer processo de cópia xérox autenticadas por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou por servidor do Município e, neste último caso será necessária a exibição do documento em original acompanhado de cópias xérox, as quais ficarão retidas para fins autuação junto ao processo, devendo ainda o interessado procurar o setor de licitações até as 08:30 (oito horas e trinta minutos) da data de abertura do certame, sob pena de recusa de proceder os trabalhos de autenticação.
- 2. Em se tratando de empresa de médio e grande porte as certidões exigidas nos subitens conexos do subitem 6.1 deverão ter a data de expiração mínima de validade a data da abertura do certame conforme prescrito no subitem 2.1 deste instrumento convocatório/edital, sob pena de inabilitação por descumprimento da obrigação.
- 3. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte e ou equiparada, para gozar dos benefícios do art. 43 da lei complementar nº 123/06, a mesma deverá apresentar as certidões perquiridas nos subitens conexos do subitem 6.1, mesmo que vencidas, sob pena de perda dos benefícios do supracitado artigo da lei 123/06.

6.2 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



6.2.1 Declaração de conhecimento dos Ditames do Instrumento Licitatório e seus Anexos, conforme modelo Anexo III, esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação habilitação e enfeixada no (envelope nº 01), sob pena de inabilitação.

6.2.2 Declaração do cumprimento do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo Anexo IV, independentemente desta declaração ter sido apresentada na fase de cadastramento, devendo esta declaração ser anexada junto com a documentação habilitação e enfeixada no (envelope nº 01), sob pena de inabilitação.

6.2.3 Declaração de inexistência de Inidoneidade para contratar com a administração pública, conforme modelo do Anexo V. Esta declaração deverá ser anexada também junto com a documentação de habilitação e enfeixada no (envelope nº: 01), sob pena de inabilitação.

6.2.4 Declaração de inexistência de impedimento para gozar dos benefícios do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, conforme modelo do Anexo VI, esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e enfeixada no (envelope nº 01), sob pena de perda dos benefícios do supracitado artigo.

Observações:

- 1. A não apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação implicará na inabilitação do licitante.
- 2. Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
- 3. Todos os elementos constantes no envelope documentação de habilitação (nº 01), deverão preferencialmente serem enfeixados em pastas, rubricados e numerados sequencialmente de forma a não permitir folhas soltas, tais procedimentos objetivam zelar pela integridade de todos os documentos inseridos nos envelopes. O não atendimento às instruções pertinentes a este subitem não acarretará a inabilitação/desclassificação da empresa proponente licitante.
- 4. Com exceção das certidões extraídas via internet, demais documentos perquiridos nos subitens conexos ao subitem 6.1, poderão ser apresentadas em original ou por qualquer processo de cópia xérox autenticadas por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou por servidor do Município e, neste último caso será necessária a exibição do documento em original acompanhado de cópias xérox, as quais ficarão retidas para fins autuação junto ao processo, devendo ainda o interessado procurar o setor de licitações até as 8:45 (sete horas e quarenta e cinco minutos) da data de abertura do certame, sob pena de recusa de proceder os trabalhos de autenticação.

7 - DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1. A proposta de preço para a execução dos serviços, objeto da presente licitação, deverá ser elaborada em língua portuguesa, datilografada ou digitada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo signatário ou representante da licitante.

7.2 Deverá constar no dorso da proposta de preço a expressão de que estão inclusos todos os custos diretos e indiretos na dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, , tais como mão de obra, acrescida dos respectivos encargos sociais e trabalhistas, alimentação, hospedagem, transporte, seguros, equipamentos de proteção individual, bem como custo com o fornecimento de materiais,



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



veículos e equipamentos que se fizerem necessários na execução dos serviços, objeto da presente licitação, em observância ao detalhado na planilha orçamentária, onde a eventual omissão destas afirmações a proponente licitante confessa que tais despesas estão inclusas na sua proposta de preços.

7.3. É necessária a elaboração da planilha orçamentária conforme detalhado no subitem 3.3 conexo do item 3 – do objeto, deste instrumento convocatório, devendo a mesma ser datada e assinada por quem de direito e anexada junto com a proposta de preços sob pena de desclassificação da proposta, espelhando no que couber, na planilha orçamentaria disponibilizada pelo Município.

7.4 É necessário ainda a elaboração do cronograma físico financeiro, bem como em observância ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em observância aos valores descritos na planilha orçamentária apresentada, respeitado qual seja os limites de valores de cada medição aos valores descritos na planilha de cronograma físico financeiro disponibilizada pelo Município, devendo esta planilha de cronograma financeiro, ser datada e assinada por quem de direito e anexada junto com a proposta comercial de preços sob pena de desclassificação da proposta, espelhando no que couber, na planilha de cronograma físico financeiro disponibilizada pelo Município.

7.5 O valor global da proposta, deverá ser expresso em algarismo e por extenso, e no caso de divergência, prevalecerá o que melhor convier à Administração em busca de economicidade, sendo vedado ao proponente licitante proceder qualquer correção.

7.6 Deverá constar ainda no dorso da proposta de preços que a mesma tem a validade de 60 (sessenta) dias e que se compromete a assinar o instrumento contratual no prazo de cinco dias a contar da notificação feita pela Administração. A ausência desta confirmação por ser objeto de exigência da Lei de Licitação nº 8.666/93, implica na desclassificação da proposta.

7.7 A proponente licitante deverá elaborar sua planilha orçamentária e a proposta de preços, em conformidade com as normas da ABNT e em observância ao que prescreve o memorial descritivo, planilhas de orçamento discriminativo e cronograma físico financeiro, projetos arquitetônico e em observância ao descrito no anexo I – Projeto básico/especificações complementares e no anexo II – Minuta do Contrato Administrativo, e de acordo com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, instrumentos estes que fazem parte integrante deste instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito independentemente de transcrição.

8 - DOS ENVELOPES

a) A Documentação necessária à Habilitação, bem como as Propostas de Preços deverão ser apresentadas em envelopes distintos, conforme abaixo:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA-MG
ATT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022
(NOME DA EMPRESA LICITANTE)



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



À
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA-MG
ATT. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA COMERCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022
TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022
(NOME DA EMPRESA LICITANTE)

9 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

9.1. Os envelopes “Documentação” e “Proposta de Comercial” deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação até a data e horário especificados no item 1 (hum) do instrumento em epigrafe;

9.1.1. Depois da hora marcada nenhum envelope contendo documento ou proposta será recebido pela Comissão Permanente de Licitação, devendo, neste caso, ser o fato consignado na respectiva Ata.

9.2. Quando da entrega dos envelopes “Documentação e Proposta Comercial”, na eventualidade da proponente licitante constituir representante para participar no desfecho do certame, o mesmo deverá apresentar, separadamente, sua carteira de identidade e o comprovante do seu credenciamento junto à Comissão Permanente de Licitação, que tanto pode ser procuração passada por instrumento público ou particular, como declaração firmada pelo outorgante, com a identificação e o CNPJ da empresa proponente licitante, devendo tal instrumento conter o devido reconhecimento de firma do outorgante/signatário;

9.2.1. Quando o representante legal da proponente for sócio ou proprietário, o mesmo deverá apresentar o original acompanhado de cópia do Estatuto ou Contrato Social da empresa (e suas alterações, caso existam), devidamente registrada na repartição competente (Junta Comercial), Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou, onde estes não existam, Cartório de Registro de Títulos e Documentos), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Na ocorrência de apresentar somente cópia do instrumento a mesma deverá conter carimbo de autenticação emitido por cartório competente;

9.2.2. A procuração, a declaração ou a cópia do Estatuto citado nos subitens 9.2 e 9.2.1, ficará retida para autuação no Processo.

9.3. Somente os representantes legais, credenciados e identificados na forma dos subitens 9.2 e 9.2.1, os membros da Comissão Permanente de Licitação e Técnicos eventualmente convidados é que poderão pronunciar-se no curso dos trabalhos. Demais pessoas presentes poderão acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos de abertura dos envelopes, vedada qualquer manifestação durante o procedimento.

9.4. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa proponente.

9.5. Finda a fase de eventual credenciamento e identificação dos representantes que manifestarem interesse em acompanhar o desfecho do certame, a Comissão Permanente de Licitação verificará o fechamento dos invólucros dos envelopes contendo documentação habilitação e propostas comerciais de



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



preços e, constada sua regularidade, os membros lançaram suas respectivas assinaturas e em seguida repassará aos eventuais representantes presente ao ato, os quais após conferência, lançaram suas respectivas assinaturas, dando-se em seguida o procedimento de abertura dos envelopes de nº 01 contendo documentação habilitação.

9.6. Os envelopes contendo a documentação, que se refere à habilitação, serão abertos na data e horário mencionado no item 02 (dois) na sala do Departamento de Licitação localizado no endereço (Av. Confúcio, 1150 – Centro – Montalvânia - MG), onde os membros da Comissão Permanente de Licitação, após verificarem a inviolabilidade dos invólucros dos envelopes, procederão a abertura dos mesmos e que procederá à conferência de validade da referida documentação e demais exigências decorrentes deste instrumento convocatório/edital e seus anexos, e constada a regularidade, as mesmas serão rubricada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, repassando toda documentação para os representantes presentes ao ato, os quais após constatada a regularidade, lançarão suas assinaturas.

9.7. Caso a Comissão Permanente de Licitação julgue conveniente poderá suspender a reunião para análise dos documentos de habilitação, ou proceder diligências sobre aspectos considerados fundamentais pela própria Comissão Permanente de Licitação, para dirimir dúvidas.

9.8 Uma elucidada a ocorrência em face do disposto no subitem 9.7 e, uma vez concluído o trabalho de avaliação documental de todas as empresas, e após lançamento de visto em toda a documentação pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, toda a documentação apresentada pelas empresas proponentes licitantes, será disponibilizada para os representantes das empresas presentes ao ato, para fins conferência quanto a legalidade, os quais lançaram visto em toda a documentação, registrando tudo em ata e divulgando o resultado de habilitação e ou eventual inabilitação para conhecimento de todos participantes no desfecho do certame.

9.9. Uma vez concluído o exame da documentação de habilitação, serão relacionadas as eventuais proponentes licitantes julgadas inabilitadas, os envelopes contendo proposta de preços, permanecerão sob a guarda da Comissão Permanente, às quais serão devolvidos os “Envelopes Propostas Comerciais de Preços”, devidamente lacrados somente após o decurso do prazo recursal ou após o julgamento dos recursos interpostos, mediante contra-recibo, bem como serão relacionados os proponentes/licitantes devidamente habilitados em decorrência da regularidade da documentação apresentada em conformidade com o instrumento convocatório/edital.

9.10 Findo os trabalhos de avaliação documental, independentemente da ocorrência de inabilitação de licitante na fase de avaliação documental, dar-se-á em seguida a abertura do primeiro envelope 02 (dois) contendo a proposta de preços das empresas devidamente habilitadas, onde a Comissão de Licitação, avaliará conferindo sua legalidade em conformidade com o edital, sendo a mesma devidamente vistada pelos respectivos membros da Comissão Permanente de Licitação, lançando o nome e o valor global da proposta no mapa comparativo de preços, registrando tudo em ata, e em seguida será aberto o segundo envelope e assim sucessivamente até concluir os trabalhos de avaliação das propostas, onde após a conclusão dos trabalhos de avaliação das propostas, será divulgado para conhecimento de todos a identificação da proponente licitante vencedora, por apresentar com regularidade a proposta de menor valor, com ressalva na ocorrência de inabilitação de empresa, que poderá lograr existo no eventual recurso interposto a luz da lei e do direito que será objeto de apreciação da Comissão Permanente de Licitação, acompanhada pela Procuradoria jurídica do Município, a qual poderá vir ou não gozar do direito de ver sua proposta avaliada.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



9.11 Todas as propostas que foram abertas, serão disponibilizadas aos representantes das licitantes presentes ao ato para verificação da sua regularidade nos termos do edital, as quais deverão ser devidamente vistas pelos respectivos representantes, aos quais serão facultados o direito de discordância de qualquer proposta apresentada, registrado o fato na ata de registro de ocorrência, onde na ocorrência de eventual proposta for apresentada em desconformidade com o edital a mesma será desclassificada, registrando tudo em ata..

9.12. Findo os trabalhos, a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, certificará a todos que será aguardado o prazo recursal de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 109 da lei 8.666/93, registrando tudo na ata de registro de ocorrência, a qual após sua conclusão de digitação, a mesma será impressa e disponibilizada a todos para lançamento de assinatura, disponibilizando copia para os representantes das empresas presentes ao ato, bem como encaminhando copia para a proponente licitante que não constitui representante, para seu conhecimento das ocorrências, onde havendo intenção de interpor recurso, a proponente deverá protocolar o instrumento junto ao Departamento de Licitação dentro do prazo legal, direcionada à Autoridade Máxima Municipal, na pessoal do Prefeito, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitação.

9.13 O eventual recurso interposto em decorrência da desqualificação da proponente licitante/inabilitação e/ou desclassificação de proposta, terá efeito suspensivo, e o desfeito do certame terá seguimento somente após a sua apreciação.

9.14. Findo o prazo para a interposição de recurso, registrado no subitem 9.12 e, na ocorrência de interposição, a Comissão Permanente encaminhará copia do instrumento para a licitante declarada vencedora para contrarrazoar e, uma vez decidido pela Comissão Permanente de Licitação, que realizará a avaliação a luz da lei, podendo deferir ou indeferir o recurso, onde na ocorrência de indeferimento do recurso, não será objeto de apresentação de contrarecurso, sendo o processo encaminhado para a Autoridade Máxima Municipal para o despacho que julgar conveniente.

10 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Dos atos praticados por membros da Comissão Permanente de Licitação ou por servidores da Administração caberão recursos, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis conforme prescreve o inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93, a contar da intimação do ato ou da lavratura da Ata, nos casos de:

10.1.1 Habilitação ou inabilitação do licitante;

10.1.2 julgamento das propostas comerciais;

10.1.3 anulação ou revogação da licitação;

10.1.4 rescisão do contrato ou instrumento equivalente, a que se refere o art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93;

10.1.5 aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



10.2. Caberá Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

10.3. Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, de decisão (indicar a autoridade, conforme o caso), na hipótese do parágrafo 3º do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

10.4. O recurso previsto nos subitens 12.1.1 e 12.1.2 conexos do subitem 12.1, terá efeito suspensivo, podendo a Autoridade Máxima Municipal, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

10.5 Interposto o recurso por algum licitante, o fato será comunicado aos demais licitantes que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do seu recebimento.

10.6 Os recursos deverão ser manifestados por escrito, dirigido à Autoridade Máxima Municipal em atenção da Comissão Permanente de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, à Autoridade Máxima Municipal, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de recurso, sob pena de responsabilidade.

10.7. Decairá do direito de impugnar perante à Administração, os termos desta licitação, aquele que aceitando-o sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

11 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO, HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

11.1. No julgamento das Propostas de Preços será levado em consideração o tipo de licitação menor preço, tendo como critério de julgamento o preço global, e que os itens de maior custo unitário, em ordem decrescente, referentes a 80% do preço global e de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro, sejam menores ou iguais aos preços de referência, sob pena de desclassificação.

11.2. Serão desclassificadas as Propostas de Preços que não atenderem às especificações e às exigências contidas neste Edital bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, consoante o disposto na Lei nº 8.666/93.

11.3. A critério da Administração, no caso de desclassificação de todas as propostas ou inabilitação de todos os licitantes, poderão ser convocados para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem novas ofertas ou nova documentação, em obediência ao disposto no § 3º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.4. Será considerada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital e seus anexos, e ofertar o **“Menor Preço Global”**.

11.5. Caso a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte e houver proposta apresentada por estas, em valor igual até 10% (dez por cento) superior à melhor proposta, eventualmente apresentada por empresa que não se enquadra nos benefícios da lei 123/06, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº. 123/2006.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



11.6. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

11.6.1. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, mais bem classificada será convocada para, no prazo de dois dias úteis, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

11.6.2. Não sendo vencedora a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, cujas propostas esteja dentro do limite estabelecido no caput desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.6.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontrem no limite estabelecido no caput desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.7. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado, desde que cumpridas as condições de habilitação, em favor da proposta de menor preço.

11.8. A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de:

11.8.1. Analisar e julgar, em outra oportunidade, o conteúdo dos envelopes apresentados:

11.8.1.1 Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.8.1.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista igualmente dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido à Comissão.

11.8.1.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

11.8.1.4. A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.9. Não será levada em consideração para efeito de julgamento, a proposta que contenha vantagem não prevista no edital.

11.10. A Comissão Permanente de Licitação após proceder ao Julgamento da presente licitação, submeterá o seu resultado à deliberação do Prefeito, com vistas à homologação e adjudicação do objeto da licitação, observados os respectivos prazos recursais.

11.11. Consoante disposição da Lei nº 8.666/93, a Administração, caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



administrativa da adjudicatária, mediante despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a assinatura do “Termo de Contrato”, ou a entrega da “Nota de Empenho”, sem que caiba à mesma o direito à indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.12. A decisão da Comissão somente será considerada definitiva, após homologação realizada pelo Prefeito Municipal, e as intimações dos respectivos atos serem procedidos nos termos do § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

11.13. A firma adjudicatária deverá assinar o contrato de prestação de serviços ou instrumento equivalente no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação feita pelo órgão e/ou identidade ao preposto da licitante, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93 e da faculdade de a Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos do art. 64 e seus parágrafos.

12 - DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

12.1 Por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, a Autoridade Máxima Municipal poderá revogar a presente licitação, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.2. A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato e não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93.

12.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa;

13 - DA SÍNTESE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO, DA ORDEM DE SERVIÇO E DAS MEDIÇÕES

13.1 – Do Contrato Administrativo

13.1.1 Uma vez adjudicado o objeto e homologado o resultado, a Contratante convocará a Adjudicatária para que, dentro de 05 (cinco) dias úteis, apresente-se para assinar o Contrato Administrativo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº: 8.666/93. Presume-se a desistência da Licitante de celebrar Contrato quando, esgotado o prazo respectivo estipulado para sua celebração, não tenha ocorrido à aposição de assinatura de seus representantes legais no instrumento formal do Contrato.

13.1.2 Consideram-se como parte integrante do futuro Contrato Administrativo, os termos deste instrumento convocatório/edital e seus anexos, da proposta comercial de preços, bem como os demais elementos concernentes à licitação que servirem de base ao processo licitatório e por fim os ditames da lei federal nº 8.666/93.

13.2 Da Ordem de Serviço



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



13.2.1 Uma vez celebrado o contrato administrativo, a contratada receberá a Ordem de Serviço, em conformidade com os ditames legais, devendo a mesma iniciar a dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, no prazo máximo de 07 (sete) dias a contar da data do recebimento da citada ordem, onde o não cumprimento do prazo previsto acima, decorrente de desistência da contratada na dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, , ou por motivo a ele atribuível, importará na imediata execução da caução de garantia de contrato, além da aplicação de sanções previstas nos artigos 81 e 87 da Lei no 8.666/93;

13.3 Das Medições

13.3.1 A emissão das medições será elaborada pela contratada preferencialmente a cada 30 (trinta) dias a contar da data do início das atividades conforme ordem de serviços, e em conformidade com o detalhado o cronograma físico financeiro;

13.3.2 Uma vez elaborada cada medição, pela contratada, a mesma deverá encaminhá-la para a fiscalização objetivando a confirmação da regularidade da respectiva medição.

13.3.3 – No caso de não aceitação da medição realizada, o engenheiro responsável pela fiscalização devolverá à “Contratada” para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 02 (dois) dias e reapresentá-la à fiscalização a qual terá o prazo de 02 (dois) dias para confirmar ou não o aceite.

13.3.4 – Em caso de conflito, no tocante a aceite da medição as partes elegerão um medidor, correndo a despesa à conta do perdedor.

13.3.5 – Uma vez concluso os trabalhos de aprovação da medição a mesma deverá conter o visto do Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas, ratificando os trabalhos da fiscalização e só então a “Contratada” estará apta para a emissão da respectiva nota fiscal, conforme detalhado no item 17 deste instrumento e em observância aos ditames do contrato administrativo.

14. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

14.1 Do Contratante

14.1.1 As responsabilidades e obrigações do Contratante, encontram-se descritas no anexo I – Projeto Básico/Especificações Complementares e, avançadas no anexo II – minuta do contrato administrativo, instrumentos estes que fazem parte deste instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito.

14.2 Da futura Contratada

14.2.1 As responsabilidades e obrigações da futura contratada, encontram-se descritas no anexo I – Projeto Básico/Especificações Complementares e, avançadas no anexo II – minuta do contrato administrativo, instrumentos estes que fazem parte deste instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



15.1. A despesa decorrente da execução da presente licitação correrá à conta das dotações orçamentárias nº 13.02.04.122.0021.1024 – 44905100 – obras e instalações – Recurso fonte 100.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

16.1 O prazo de vigência do futuro contrato administrativo será de 120 (cento e vinte) dias, objetivando assegurar o pagamento da última medição, considerando que a conclusão dos serviços deverão ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da ordem de serviço.

16.2 O futuro contrato administrativo poderá ter prazo prorrogado a critério exclusivo do Contratante, em conformidade com o prescrito no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

17. DA EMISSÃO DAS NOTAS FISCAIS E DO PAGAMENTO

17.1 – Das Notas Fiscais

17.1.1 Uma vez aprovada a medição pela fiscalização e diante do aceite da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas, a contratada estará apta a emitir a respectiva nota fiscal/fátua, devendo ser descrito no dorso da mesma o número do contrato administrativo, bem como detalhar os valores em conformidade com o que prescreve a instrução da normativa RFB, ou seja, valores correspondentes a (mão de obra e materiais), devendo ser informado na nota fiscal o número da CEI, anexado junto a respectiva nota fiscal cópia das certidões comprovando regularidade para com o fisco federal, estadual, municipal, fgts e trabalhista, com data de emissão a mesma ou posterior a data da emissão da respectiva nota fiscal, sob pena da não realização do pagamento, até o cumprimento da obrigação.

17.1.2 As notas fiscais deverão ser emitidas pela Contratada, contra a Prefeitura Municipal de Montalvânia-MG, e entregues à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas acompanhada da respectiva medição aprovada pela fiscalização em tempo hábil, para autorização do pagamento, para encaminhamento ao setor de contabilidade para o devido empenho e posterior envio a Tesouraria do Município para o devido pagamento.

17.1.3 As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente, e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dias após a data de sua reapresentação.

17.2 – Do pagamento

17.2.1 O pagamento de cada medição, será efetuado pela Tesouraria do Município de Montalvânia, através (TED) em nome da contratada até o 10º (décimo) dia a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada.

18. DO REAJUSTE DE PREÇOS

18.1.- Considerando que a Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, definiu o valor limite da despesa, como sendo de R\$ 200.000,00, não será objeto de reajustamento de preços perquirido pela contratada.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



19. DAS SUPRESSÕES E ALTERAÇÕES NOS SERVIÇOS DE REFORMA

19.1. Considerando-se que a Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, limita os valores a serem gastos pelo Poder Executivo na reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, como sendo de até R\$ 200.000,00, a contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, somente supressões que se fizerem nos serviços, limitados em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o art. 65, § 1º da Lei 8.666/93,

19.2 – O Município de Montalvânia/MG poderá cancelar de pleno direito à nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação, bem como rescindir o respectivo contrato, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial desde que motivado o ato e assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa quando esta:

19.2.1 – Venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal, determinação judicial de bloqueio de créditos junto ao Município de Montalvânia ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;

19.2.2 – Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de Montalvânia-MG;

19.3 – A licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante decisão fundamentada da Comissão de Licitação.

19.4 – A nulidade do processo licitatório induz à do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93.

19.5 – A apresentação da proposta implica, por parte da licitante, observação dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital sendo responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

19.6 – A proponente licitante declarada vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato a ser assinado, as mesmas condições de habilitação exigidas neste edital.

19.7– Havendo indício de conluio entre os licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o Município de Montalvânia/MG comunicará os fatos verificados ao Ministério Público para as providências cabíveis.

19.8 – É facultado a Comissão de Licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deva constar no ato da sessão pública.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



proposta apresentada, não aplicando-se a mesma penalidade de multa pecuniária, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação em praticar os mesmos preços da primeira convocada, porém na recusa de celebrar contrato nos seus preços ofertados, a mesma estará sujeita na multa pecuniária.

20.2 pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste contratual ou pelo atraso injustificado na conclusão dos serviços, a contratada fica sujeita às seguintes penalidades:

20.2.1 Pelo atraso injustificado no término dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, objeto da licitação:

20.2.1.1 até 15 (quinze) dias, multa de 0,03% (zero vírgula zero três por cento) sobre o valor global da obrigação, objeto do contrato administrativo, por cada dia de atraso;

20.2.1.2 superior a 15 (quinze) dias, configura inexecução total ou parcial do ajuste, onde a multa será de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor global da obrigação assumida, objeto do contrato administrativo, onde o valor apurado poderá ser descontado de eventual crédito junto ao Município onde não existindo o valor da multa pecuniária aplicada, deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da notificação, onde a não quitação do débito no prazo, será objeto de lançamento na dívida ativa e será executada a dívida através vias judiciais.

20.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do prestador dos serviços perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

20.5. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas após regular procedimento administrativo, de ofício ou por provocação da Secretaria requisitante, pela autoridade superior.

21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 É permitida a subcontratação parcial de serviços, objeto desta licitação, desde que a contratada oficialize ao Contratante das suas pretensões e desde que a subcontratação dos serviços de mão de obra tenha sido acordado pela Autoridade Máxima Municipal. Não será objeto de subcontratação de serviço incluso fornecimento de materiais.

21.2 Havendo concordância na subcontratação, conforme disposto no subitem 21.1, a empresa subcontratada deverá comprovar a habilitação técnica exigida no presente instrumento, onde independentemente da subcontratação homologada pelo Município a responsabilidade contratual é da empresa que celebrou o contrato administrativo com o Município.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



21.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste instrumento convocatório/edital, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

21.3 Findo o término da dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, objeto do contrato administrativo, será elaborado termo de recebimento provisório dos serviços com validade de 15 (quinze) dias desde que atendidas todas as exigências corretivas apontadas pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas, onde findo este prazo, será elaborado termo de recebimento definitivo dos serviços.

21.4 O recebimento definitivo não isenta a Contratada da responsabilidade de proceder por sua conta e risco os devidos reparos nos serviços, diante de fato superveniente que venha a ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias em detrimento de irregularidade ou qualidade dos serviços.

22. DA VINCULAÇÃO

22.1 Além dos instrumentos deste edital e seus anexos, as partes ficam vinculadas aos termos da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações.

23. DA PUBLICAÇÃO

23.1 Todos os atos administrativos decorrentes desta licitação serão publicados no quadro de Aviso localizado no hall de entrada da Prefeitura, exceto o termo de homologação e o extrato do futuro contrato administrativo, instrumentos estes que além do mesmo ser publicado no quadro de aviso, os mesmos serão publicados no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado, publicação esta a ser efetuada pela Administração Municipal, tornando o ato público, conforme determinações legais.

24 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

24.1. Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da presente Tomada de Preços, protocolizando o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para entrega dos envelopes contendo documentação de habilitação e proposta de preço, no endereço Avenida Confúcio nº 1150, Centro, Montalvânia-MG, CEP: 39.495-000 ou pelo e-mail licitacao@montalvania.mg.gov.br, cabendo ao Presidente da Comissão decidir sobre a petição no prazo de 03 (três) dias úteis.

24.1.1. Caso seja acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

24.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da Tomada de Preços, devendo protocolar o pedido no endereço acima ou enviá-lo por e-mail. Sendo tempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

25 – DOS CASOS OMISSOS



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



25.1 Os casos omissos serão resolvidos em observância à supremacia do interesse público e a luz da lei federal nº 8.666/93.

26 – DO FORO

26.1 Fica eleito o foro da Comarca de Montalvânia-MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da presente licitação, sob renúncia de qualquer outro.

26.2 Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a este Instrumento, deverão serem perquiridos através do e-mail licitacao@montalvania.mg.gov.br onde pautando pelo princípio da isonomia e da transparência os esclarecimentos serão postados no site oficial do Município www.montalvania.mg.gov.br

Montalvânia/MG, 10 de novembro de 2022.

Elivando Nonato da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria nº 011, de 01.07.2022

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal

José Eustáquio da Silva
Assessor Jurídico em Licitações e Contratos
OAB/MG nº 40.943



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ

CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO I – PROJETO BÁSICO/ESPECIFICAÇÕES COMPLEMENTARES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022 **TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022**

DA JUSTIFICATIVA: Considerando que o Delegado da Polícia Civil, encaminhou correspondência ao Poder Executivo solicitando reforma do prédio onde funciona a Delegacia da Polícia Civil, considerando que a autorização dos serviços se deu nos termos da Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, considerando que o Município não disponibiliza de mão de obra em quantidade suficiente para atender a demanda dos serviços, justifica-se a elaboração de processo licitatório, pautando na seleção da proposta mais vantajosa para contratação de serviços de terceiros com habilidade no seguimento de engenharia, para a execução dos serviços de revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalada na sede do Município de Montalvânia, através de recurso financeiro próprio, conforme detalhado no memorial descritivo, e em observância ao descrito na planilha orçamentária e no cronograma físico financeiro.

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “**contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para do execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município!**”, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares”.

1 – DA DESCRIÇÃO DETALHADA E DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 A descrição detalhada dos serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, encontram-se descrita no memorial descritivo, na planilha de orçamento discriminativo, e no respectivo projeto executivo.

2 – DA NECESSIDADE E PRERROGATIVAS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Considerando que o prédio onde funciona a Delegacia da Polícia Civil ao longo do tempo sofreu desgaste natural, considerando que a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito Municipal sancionou a Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, lei esta que autorizou o Poder Executivo a executar os serviços, ato contínuo autorizou a abertura de crédito adicional suplementar sobre a rubrica orçamentária 13.02.04.122.0021.1024 – 44905100 – obras e instalações – Recurso fonte 100 no valor de R\$ 200.000,00, onde, considerando que o Município não disponibiliza de mão de obra em quantidade suficiente para atender a demanda dos serviços públicos, necessário se faz a contratação de serviços de terceiros, através pessoa jurídica com habilidade no ramo de engenharia, para a execução dos serviços, incluso fornecimento de mão de obra, materiais e eventuais equipamentos, para executar os serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil.

2.2 A execução do futuro contrato administrativo, terá como regência legal o disposto na Seção IV – Dos Contratos - Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, e obediência aos preceitos contidos no item 6 – Da Execução dos Contratos e no que couber nos preceitos da Instrução Normativa MARE nº 18, de 22 de dezembro de 1997.

3 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



7 - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 Todas as despesas diretas e indiretas dos serviços, tais como mão de obra, acrescida dos respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, materiais, equipamentos e maquinários que se fizerem necessário na execução dos serviços, objeto deste instrumento, deverão fazer parte da proposta de preços.

7.2 A futura empresa contratada, quando couber, deverá dar preferência na contratação de mão de obra disponibilizada, no Município de Montalvânia/MG, disponibilizando ainda, todos os equipamentos de seguranças onde toda a (EPs), contratação de mão de obra deverá ser efetuada em conformidade com as normas do MTPS.

7.3 A elaboração de cada medição, deverá ser preferencialmente elaborada a cada período de 30 (trinta) dias, a contar da data do início dos serviços e em conformidade com a programação definida no cronograma físico financeiro.

8 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

8.1 Constituir servidor na qualidade de fiscal de execução do contrato administrativo em conformidade com o estabelecido no art. 67 da Lei 8.666/93, bem como constituir o Secretário Municipal de Obras, Infraestruturas e Vias Públicas como gestor do contrato administrativo.

8.2 Constituir servidor devidamente qualificado (engenheiro civil), para os procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços.

8.3 Notificar, formalmente à Contratada na ocorrência de descumprimento obrigacional, que exponha o ente publico em prejuízo, garantido o contraditório e a ampla defesa, apresentada na forma da lei.

8.4 Efetuar os devidos pagamentos à contratada dentro dos prazos avençados, no contrato administrativo.

8.5 Para eficácia do contrato administrativo, realizar a publicação do seu extrato nos órgãos oficiais e nos prazos definidos pela lei, bem como realizar a publicação no site oficial do Município www.montalvania.mg.gov.br para conhecimento público..

9 - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA FUTURA CONTRATADA

9.1 A proponente licitante declarada vencedora, será convocada pela administração, dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, para retirar o instrumento contratual e a devolvê-lo devidamente assinado dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, sob pena de incorrer em multa pecuniária no percentual de cinco por cento, aplicado sobre o valor global da proposta, seguida das aplicações das dispostas no art. 64 c/c art. 87, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.2 Uma vez assinado o Contrato Administrativo e, mediante o recebimento da respectiva ordem de serviço, emerge a obrigação da Contratada de dar início na execução dos serviços no prazo de até 07



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



(sete) dias, contados da data da ordem de serviço, pautando na conclusão dos serviços dentro do prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de incorrer em sanções administrativa pelo descumprimento da obrigação, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.3 Executar por sua conta e risco os serviços objeto desta contratação, de acordo com o detalhado no projeto, no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e de acordo ainda com o descrito no instrumento convocatório/edital, no anexo I – projeto básico/especificações complementares, e, em observância ainda aos ditames da Lei Federal nº: 8.666/93, instrumentos estes, que fazem partes integrantes do contrato administrativo, para todos os efeitos legais e de direito independentemente da não transcrição in totum.

9.4 Avocar para si todas as despesas diretas e indiretas, dentre elas fornecimento de materiais, equipamentos, maquinários e mão de obra acrescida dos respectivos encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas que se fizerem necessárias na execução dos serviços detalhadas nos instrumentos que ensejaram a elaboração da presente licitação, isentando o Município de qualquer despesa adicional.

9.5 Realizar contratação de mão de obra em conformidade com os ditames da Consolidação das Leis do Trabalho e dentro das demais exigências do Ministério do Trabalho, incluindo fornecimento de EPI, de forma a eximir o Contratante de qualquer corresponsabilidade.

9.6 Empregar na execução dos serviços de reforma predial, materiais, tintas e correlatos, por sua conta e risco, em conformidade com as normas da ABNT e no que couber em observância com selo do INMETRO.

9.7 Elaborar as respectivas medições em observância aos preços propostos na sua planilha orçamentária e nos prazos conforme detalhado no cronograma físico financeiro.

9.8 Reparar eventuais os danos causados ao Contratante ou a Terceiros em decorrência da execução dos serviços, e ou emprego de materiais de má qualidade, isentando o Município de qualquer fato superveniente.

9.9 Confeccionar por sua conta e risco a placa de identificação dos serviços, placa esta confeccionada em conformidade com as recomendações da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Públicas, pautando em levar ao conhecimento da população de que os serviços estão sendo executados com recursos próprios do Município de Montalvânia, bem isolar o local de execução dos serviços com cavalete ou fita zebra, pautando na segurança das pessoas que vierem transitar no local da execução dos serviços.

9.10 A contratada de posse do contrato administrativo devidamente assinado pelas partes, deverá registra-lo junto ao CREA e ou CAU, e registrar ainda o contrato junto a Receita Federal do Brasil, objetivando a obtenção da CEI – Cadastro Específico do INSS e apresentar estes documentos junto ao Departamento de Licitação para serem acostados ao processo, sob pena de comprometer o recebimento de valores oriundos de medições.

9.11 No ato da apresentação de nota fiscal objeto de cada medição é necessário a apresentação de cópia da CEI, juntamente com cópia das certidões comprovando regularidade para com o fisco federal, estadual, municipal, fgts e Trabalhista, certidões estas com data de emissão a mesma ou



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



posterior a data da emissão da respectiva nota fiscal, sob pena de atraso no pagamento, até a apresentação das certidões devidamente regularizadas.

9.12 Orientar seus funcionários para tratar com urbanidade os servidores do Município designados para fins fiscalização dos serviços, bem como as pessoas que eventualmente venham frequentar o local da execução dos serviços.

9.13 Dar garantia mínima de 02 (dois) anos da execução dos serviços, objeto da presente licitação.

9.14 - Manter, na direção dos serviços, profissional legalmente habilitado pelo CREA e/ou CAU, que será seu preposto.

9.15 - Substituir, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o profissional cuja presença no local dos serviços for julgado inconveniente pela Administração, incluindo-se o responsável técnico pela execução dos serviços.

9.16 - Analisar, do ponto de vista executivo, os documentos técnicos integrantes do contrato e comunicar à Administração Municipal, as discrepâncias, omissões ou erros, inclusive quaisquer transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou leis, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da assinatura do Contrato, sendo que a comunicação não ensejará à Contratada o direito de reclamar no futuro quaisquer prejuízos que julgar haver sofrido, quer administrativa ou judicialmente.

9.17 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

9.18 – Verificando-se caso de força maior ou caso fortuito, nos exatos termos do Código Civil Brasileiro, a contratada se obriga a comunicar, por escrito, ao município a ocorrência do evento, suspendendo-se suas obrigações, enquanto perdurar tal situação, devendo estar devidamente formalizada no livro de obras. Findo o motivo que determinaram a força maior ou caso fortuito, o contrato estender-se-á por período de tempo necessário à total execução dos trabalhos, porém não superior ao número de dias que foram paralisados, observado o disposto no ar. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

9.19 - Paralisar, por determinação da Administração, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.

9.20 - Arcar com todos os custos das demolições, reparações e reconstruções que seja obrigada a fazer em consequência de negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais.

9.21 - Apresentar via quitada do documento de “ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA” - (ART), do CREA e/ou “REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA” - (RRT), do CAU.

9.22 Disponibilizar livro denominado diário de obra, para fins de registros da evolução e ou paralisação dos serviços, bem como para fins de registro de notificações pautadas no cumprimento obrigação, onde , não serão aceitas quaisquer considerações verbais.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



9.23. Fornecer recurso do tipo caçamba metálica, para descarte de materiais decorrente dos serviços de execução dos serviços de reforma do prédio, pautando em não obstruir passagem das pessoas no passeio e na via pública onde encontra-se instalada a estrutura da corporação policial.

10 – CASOS OMISSOS

10.1 Os casos omissos serão resolvidos em observância à supremacia do interesse público e, nos termos da lei federal nº 8.666/93.

11 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 A Proponente Licitante, vencedora do certame que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, e que se recusar injustificadamente a celebrar o contrato administrativo, apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, sujeitar-se em multa pecuniária no percentual de 5% (cinco por cento) a ser aplicado sobre o valor global da sua proposta, sujeitando ainda nas demais sanções conforme dispõe o art. 64 c/c o art. 87 da Lei 8.666/93.

11.2 Este instrumento faz parte integrante do instrumento convocatório/edital e da minuta do contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

Montalvânia/MG, 10 de novembro de 2022.

Elivando Nonato da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria nº 011, de 01.07.2022

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal

José Eustáquio da Silva
Assessor Jurídico em Licitações e Contratos
OAB/MG nº 40.943



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



**ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE
REVITALIZAÇÃO DO PREDIO DA DELEGACIA DA POLICIA CIVIL**

Contrato Administrativo nº...../2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº: 17.097.791/000-12, com sede Administrativa na Avenida Confúcio nº 1150 – Centro – CEP 39495-000 -Montalvânia-MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fredson Lopes França, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.546.906 (SSP/GO), inscrito no CPF sob o nº. 199.576.728-00, residente e domiciliado na Rua Galileu, nº 180, Centro, Montalvânia/MG, CEP: 39.495-000, de ora em diante denominado simplesmente “**Contratante**”, e de outro a empresa.....(qualificar)....., a seguir denominado “**Contratada**”, neste ato representada pelo Sr.....(qualificar).....resolvem firmar o presente contrato administrativo para a “**execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Policia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia**”, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e de acordo com projetos, em observância aos ditames do instrumento convocatório/edital, ao descrito no anexo I - projeto básico/especificações complementares, e de acordo com o valor constante da proposta de preços, contratação esta com regime de execução indireta – empreitada por preço global, conforme prescreve o art. 10º, inciso II, alínea “a” da Lei Federal nº 8.666/93, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”, objeto do Processo Licitatório nº 092/2022 – Tomada de Preços nº 013/2022, sob a regência da Lei Federal n.º 8.666/93, suas alterações e, mediante a justificativa e as seguintes cláusulas e condições:

DA JUSTIFICATIVA: Considerando que o Delegado da Policia Civil, encaminhou correspondência ao Poder Executivo solicitando reforma do prédio onde funciona a Delegacia da Policia Civil, considerando que a autorização dos serviços se deu nos termos da Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, considerando que o Município não disponibiliza de mão de obra em quantidade suficiente para atender a demanda dos serviços, justifica-se a elaboração de processo licitatório, pautando na seleção da proposta mais vantajosa para contratação de serviços de terceiros com habilidade no seguimento de engenharia, para a execução dos serviços de revitalização do prédio da Delegacia da Policia Civil instalada na sede do Município de Montalvania, através de recurso financeiro próprio, conforme detalhado no memorial descritivo, e em observância ao descrito na planilha orçamentária e no cronograma físico financeiro, bem como em observância ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura, obras e Vias Públicas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



1.1 Constitui objeto do presente contrato a **“execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia”**, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância aos ditames do instrumento convocatório/edital, ao descrito no anexo I - projeto básico/especificações complementares, e de acordo com o valor constante da proposta de preços e de acordo com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93, e demais normas pertinentes, instrumentos estes que fazem parte integrante deste Contrato Administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos preços

2.1.1.- O Contratante pagará à Contratada, o valor global de R\$ (.....), por conta da dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, conforme descrito na clausula primeira.

2.1.2. – O preço referido no subitem 2.1.1., inclui todos os custos e benefícios decorrentes de trabalhos executados, tais fornecimentos de todo o material empregado nos serviços, incluindo ainda custo com mão de obra, acrescida dos respectivos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, transporte, hospedagem, alimentação, veículos e equipamentos que se fizerem necessários e, demais despesas, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, objeto do presente contrato administrativo, conforme detalhado na planilha orçamentaria.

2.2 – Do Pagamento

2.2.1. - O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Montalvânia, através TED em nome da contratada, até o 10º (décimo) dia a contar da data da emissão da nota fiscal, devidamente empenhada e acompanhada da planilha de medição, e em conformidade com o limite de valores previstos no cronograma físico financeiro, devidamente aprovada pela fiscalização bem como aprovada pela Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas.

CLÁUSULA TERCEIRA. – DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE EXECUTADOS E DA NOTA FISCAL

3.1. – As medições dos serviços deverão ocorrer preferencialmente a cada período de 30 (trinta) dias, a contar da data de emissão da ordem de serviço, em observância à programação de valores conforme descrito no Cronograma Físico Financeiro.

3.2.- A Contratada deverá efetuar a medição dos serviços executada, mediante presença do engenheiro responsável pela fiscalização dos serviços o qual terá o máximo de 02 (dois) dias para sua convalidação.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



3.3. – No caso de não aceitação da medição realizada, a fiscalização devolverá a planilha de medição à Contratada para retificação, devendo emitir nova medição no prazo de 02 (dois) dias e posterior disponibilização à fiscalização, a qual, terá o prazo de 02 (dois) dias para confirmar ou não o aceite e consequentemente autorização para a emissão da nota fiscal fatura para apreciação da Secretária Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas.

3.4. – Em caso de conflito, as partes elegerão um medidor, correndo a despesa à conta do perdedor.

3.5 - As notas fiscais deverão ser emitidas pela Contratada, contra a Prefeitura Municipal de Montalvânia-MG, descrevendo descrever no dorso das mesmas os valores em conformidade com a instrução normativa da Seguridade Social, e entregues à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas, juntamente com cópia da medição, para encaminhamento ao setor de contabilidade para o devido empenho, ou seja deverá ser destacado na nota fiscal o valor correspondente a materiais e equipamentos empregados e em separado o custo com a mão de obra que deverá espelhar em conformidade com a folha de pagamento.

3.6 – As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente, e seu vencimento ocorrerá até o 10º (décimo) dias após a data de sua reapresentação.

CLAUSULA QUARTA. – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 – O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante apresentação da nota fiscal devidamente empenhada, acompanhada da CEI, bem como cópia das certidões de regularidades para com o fisco federal, estadual, municipal fgts e trabalhista, com data de emissão a mesma ou posterior a data da respectiva nota fiscal.

4.2 Dos pagamentos devidos à Contratada, serão descontados os valores de eventuais multa ou eventuais débitos daquela para com o Contratante, referentes a qualquer contrato entre as mesmas partes, sem obrigatoriedade de prévio aviso.

CLAUSULA QUINTA - REAJUSTE DE PREÇOS

5.1.- Considerando que a Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, definiu o valor limite da despesa, como sendo de R\$ 200.000,00, não será objeto de reajustamento de preços perquirido pela contratada.

CLAUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

13.02.04.122.0021.1024 – 44905100 – obras e instalações – Recurso fonte 100

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



7.1. - Este contrato administrativo terá a vigência de 120 (cento e vinte) dias, objetivando garantir o pagamento da última medição, considerando que a execução do remanescente dos serviços deverá ocorrer no prazo máximo de até 90 (noventa dias), contados da data do recebimento da ordem de serviço e, encerrar-se-á no dia ____/____/____.

7.2. – Em excepcional interesse público o da vigência deste contrato administrativo poderá ser prorrogado, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, mediante termo aditivo ao contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

8.1. - Considerando-se que trata-se de serviços de reforma, com valor da despesa limitada na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, a contratada se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, somente supressões que se fizerem necessários na execução dos serviços, conforme dispõe o art. 65, § 1º da lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - DA NOVAÇÃO

9.1. - Toda e qualquer tolerância por parte do Contratante na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DECIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. – O Regime de Execução da presente obra é “Indireta – Empreitada por preço unitário”, conforme prescreve o art. 10º, inciso II, alínea “a” da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

11.1 Constituir servidor na qualidade de fiscal de execução do contrato administrativo em conformidade com o estabelecido no art. 67 da Lei 8.666/93, bem como constituir o Secretário Municipal de Obras, Infraestruturas e Vias Públicas como gestor do contrato administrativo.

11.2 Constituir servidor devidamente qualificado (engenheiro civil), para os procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços.

11.3 Notificar, formalmente à Contratada na ocorrência de descumprimento obrigacional, que exponha o ente público em prejuízo, garantido o contraditório e a ampla defesa, apresentada na forma da lei.

11.4 Efetuar os devidos pagamentos à contratada dentro dos prazos avençados, no contrato administrativo.

11.5 Para eficácia do contrato administrativo, realizar a publicação do seu extrato nos órgãos oficiais e nos prazos definidos pela lei, bem como realizar a publicação no site oficial do Município www.montalvania.mg.gov.br para conhecimento público.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1 A proponente licitante declarada vencedora, será convocada pela administração, dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, para retirar o instrumento contratual e a devolvê-lo devidamente assinado dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, sob pena de incorrer em multa pecuniária no percentual de cinco por cento, aplicado sobre o valor global da proposta, seguida das aplicações das dispostas no art. 64 c/c art. 87, ambos da Lei Federal nº 8.666/93, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.2 Uma vez assinado o Contrato Administrativo e, mediante o recebimento da respectiva ordem de serviço, emerge a obrigação da Contratada de dar início na execução dos serviços no prazo de até 07 (sete) dias, contados da data da ordem de serviço, pautando na conclusão dos serviços dentro do prazo de até 90 (noventa) dias, sob pena de incorrer em sanções administrativa pelo descumprimento da obrigação, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.3 Executar por sua conta e risco os serviços objeto desta contratação, de acordo com o detalhado no projeto, no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e de acordo ainda com o descrito no instrumento convocatório/edital, no anexo I – projeto básico/especificações complementares, e, em observância ainda aos ditames da Lei Federal nº: 8.666/93, instrumentos estes, que fazem partes integrantes do contrato administrativo, para todos os efeitos legais e de direito independentemente da não transcrição in totum.

12.4 Avocar para si todas as despesas diretas e indiretas, dentre elas fornecimento de materiais, equipamentos, maquinários e mão de obra acrescida dos respectivos encargos sociais e trabalhistas, e demais despesas que se fizerem necessárias na execução dos serviços detalhadas nos instrumentos que ensejaram a elaboração da presente licitação, isentando o Município de qualquer despesa adicional.

12.5 Realizar contratação de mão de obra em conformidade com os ditames da Consolidação das Leis do Trabalho e dentro das demais exigências do Ministério do Trabalho, incluindo fornecimento de EPI, de forma a eximir o Contratante de qualquer corresponsabilidade.

12.6 Empregar na execução dos serviços de reforma predial, materiais, tintas e correlatos, por sua conta e risco, em conformidade com as normas da ABNT e no que couber em observância com selo do INMETRO.

12.7 Elaborar as respectivas medições em observância aos preços propostos na sua planilha orçamentária e nos prazos conforme detalhado no cronograma físico financeiro.

12.8 Reparar eventuais os danos causados ao Contratante ou a Terceiros em decorrência da execução dos serviços, e ou emprego de materiais de má qualidade, isentando o Município de qualquer fato superveniente.

12.9 Confeccionar por sua conta e risco a placa de identificação dos serviços, placa esta confeccionada em conformidade com as recomendações da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



Publicas, pautando em levar ao conhecimento da população de que os serviços estão sendo executados com recursos próprios do Município de Montalvânia, bem isolar o local de execução dos serviços com cavalete ou fita zebra, pautando na segurança das pessoas que vierem transitar no local da execução dos serviços.

12.10 A contratada de posse do contrato administrativo devidamente assinado pelas partes, deverá registra-lo junto ao CREA e ou CAU, e registrar ainda o contrato junto a Receita Federal do Brasil, objetivando a obtenção da CEI – Cadastro Especifico do INSS e apresentar estes documentos junto ao Departamento de Licitação para serem acostados ao processo, sob pena de comprometer o recebimento de valores oriundos de medições.

12.11 No ato da apresentação de nota fiscal objeto de cada medição é necessário a apresentação de copia da CEI, juntamente com copia das certidões comprovando regularidade para com o fisco federal, estadual, municipal, fgts e Trabalhista, certidões estas com data de emissão a mesma ou posterior a data da emissão da respectiva nota fiscal, sob pena de atraso no pagamento, até a apresentação das certidões devidamente regularizadas.

12.12 Orientar seus funcionários para tratar com urbanidade os servidores do Município designados para fins fiscalização dos serviços, bem como as pessoas que eventualmente venham frequentar o local da execução dos serviços.

12.13 Dar garantia mínima de 02 (dois) anos da execução dos serviços, objeto da presente licitação.

12.14 - Manter, na direção dos serviços, profissional legalmente habilitado pelo CREA e/ou CAU, que será seu preposto.

12.15 - Substituir, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o profissional cuja presença no local dos serviços for julgado inconveniente pela Administração, incluindo-se o responsável técnico pela execução dos serviços.

12.16 - Analisar, do ponto de vista executivo, os documentos técnicos integrantes do contrato e comunicar à Administração Municipal, as discrepâncias, omissões ou erros, inclusive quaisquer transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou leis, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da assinatura do Contrato, sendo que a comunicação não ensejará à Contratada o direito de reclamar no futuro quaisquer prejuízos que julgar haver sofrido, quer administrativa ou judicialmente.

12.17 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

12.18 – Verificando-se caso de força maior ou caso fortuito, nos exatos termos do Código Civil Brasileiro, a contratada se obriga a comunicar, por escrito, ao município a ocorrência do evento, suspendendo-se suas obrigações, enquanto perdurar tal situação, devendo estar devidamente formalizada no livro de obras. Findo o motivo que determinaram a força maior ou caso fortuito, o contrato estender-se-á por período de tempo necessário à total execução dos trabalhos, porém não



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



superior ao número de dias que foram paralisados, observado o disposto no ar. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.19 - Paralisar, por determinação da Administração, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.

12.20 - Arcar com todos os custos das demolições, reparações e reconstruções que seja obrigada a fazer em consequência de negligência no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais.

12.21 - Apresentar via quitada do documento de “ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA” - (ART), do CREA e/ou “REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA” - (RRT), do CAU.

12.22 Disponibilizar livro denominado diário de obra, para fins de registros da evolução e ou paralisação dos serviços, bem como para fins de registro de notificações pautadas no cumprimento obrigação, onde , não serão aceitas quaisquer considerações verbais.

12.23. Fornecer recurso do tipo caçamba metálica, para descarte de materiais decorrente dos serviços de execução dos serviços de reforma do prédio, pautando em não obstruir passagem das pessoas no passeio e na via publica onde encontra-se instalada a estrutura da corporação policial.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, à Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

14.1 Fica designado o servidor publico Srta. Agata Aline Bastos França, Engenheira Civil inscrita no CREA-MG 211402/D, para acompanhamento e fiscalização dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, com poderes para anotar em registro próprio (diário de obra) as irregularidades constadas na execução de serviços, determinando prazo para a regularização, conforme dispõe o caput do artigo 67 da Lei nº 8.666/93.

14.2. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



14.3. O Município de Montalvânia se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os materiais e serviços, se considerados em desacordo com os termos da presente contrato.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Pela recusa injustificada em assinar o termo contratual ou em retirar o documento equivalente, dentro do prazo estabelecido, será aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da proposta apresentada, não aplicando-se a mesma penalidade de multa pecuniária, à empresa remanescente, em virtude da não aceitação em praticar os mesmos preços da primeira convocada, porem na recusa de celebrar contrato nos seus preços ofertados, a mesma estará sujeita na multa pecuniária.

15.2 pelo descumprimento das condições estabelecidas no ajuste contratual ou pelo atraso injustificado na conclusão dos serviços, a contratada fica sujeita às seguintes penalidades:

15.2.1 Pelo atraso injustificado no termino da dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, objeto da licitação:

15.2.1.1 até 15 (quinze) dias, multa de 0,03% (zero vírgula zero três por cento) sobre o valor global da obrigação, objeto do contrato administrativo, por cada dia de atraso;

15.2.1.2 superior a 15 (quinze) dias, configura inexecução total ou parcial do ajuste, onde a multa será de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor global da obrigação assumida, objeto do contrato administrativo, onde o valor apurado poderá ser descontado de eventual credito junto ao Município onde não existindo o valor da multa pecuniária aplicada, deverá ser recolhida aos cofres públicos do Município Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da notificação, onde a não quitação do debito no prazo, será objeto de lançamento na divida ativa e será executada a divida através vias judiciais.

15.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

15.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do prestador dos serviços perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública Municipal pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

15.5. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas após regular procedimento administrativo, de ofício ou por provocação da Secretaria requisitante, pela autoridade superior.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



16.1. - Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidas com base na Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DECIMA SETIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

17.1. – A Contratada deverá solicitar, através de correspondência protocolada na Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas, o recebimento dos serviços, tendo a Administração através da Secretaria Municipal de Obra e Serviços Públicos o prazo de até 02 (dois) dias para lavrar o “Termo de Recebimento Provisório dos serviços”, o qual terá validade de 15 (quinze) dias a contar da data da sua emissão.

17.2. – O “Termo de Recebimento Provisório” somente será lavrado se todos os serviços de dos serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, estiverem concluídos e aceitos pela Administração Municipal e, quando em contrário, será lavrado o “Termo de Não Recebimento”, anulando a solicitação feita anteriormente, devendo a Contratada, após atendidas todas as exigências, solicitar novamente o recebimento dos serviços.

17.3. – Decorridos os 15 (quinze) dias do “Termo de Recebimento Provisório”, desde que corrigidos eventuais defeitos surgidos neste período, a Administração através da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas lavrará o “Termo de Recebimento Definitivo dos serviços/Termo de Encerramento de Contrato”, atendida as exigências constantes do subitem 17.4, cuja data será o referencial para análise do prazo contratual.

17.4 - O “Termo de Encerramento das Obrigações Contratuais” será emitido após a apresentação do CND – Certificado Negativo de Débito do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, referente à obra contratada.

17.5 – A Contratada terá um prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da emissão do “Termo de Recebimento Provisório dos serviços” para apresentação do CND junto a Secretaria Municipal de Finanças a qual procederá a emissão do “Termo de Encerramento das Obrigações”. No caso de não apresentação da CND pelo Contratado, dentro do prazo avençado, a Administração Municipal através da Secretaria Municipal de Finanças imporá a multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do contrato administrativo, procedendo o desconto em eventuais créditos que o Contratante possua junto ao Município, dentro os quais o valor da garantia contratual depositado conforme descrito no item 4.6 do instrumento licitatório e o saldo remanescente será lançado como dívida pública contraída junto ao fisco Municipal sujeito a cobrança via judicial.

17.6 - Os “Termos de Recebimento Provisório” e “Definitivo” e do “Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais” não eximirá a Contratada das responsabilidades decorrentes do contrato e da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VINCULAÇÃO



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



18.1 As partes contratantes ficam vinculadas aos termos do anexo I - Termo de Referência e ao valor da proposta comercial de preço, bem como ao teor da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e ao teor do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 É vedado às partes transferir a terceiros qualquer ou obrigação prevista neste instrumento contratual, sem prévio acordo devidamente homologado pelas partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA PUBLICAÇÃO

20.1 É de total responsabilidade do Contratante, efetuar a publicação do extrato do contrato administrativo, dentro do prazo legal, conforme determina a legislação pertinente

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO FORO

21.1 As partes elegem o foro da Comarca de Montalvânia/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato, sob renúncia de qualquer outro por melhores condições que venha a propiciar.

21.2 E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Montalvânia/MG, de de

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Nome
Empresa
CONTRATADA

Testemunhas: 1..... 2.....



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DITAMES DO INSTRUMENTO
CONVOCATÓRIO/EDITAL E SEUS ANEXOS**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

DECLARAÇÃO

Para efeito da licitação em epigrafe, o signatário da presente declaração, abaixo assinado, em nome da empresa (..... qualificar.....), e em conformidade com o disposto na lei federal de licitação nº 8.666/93 **“Declara”** que:

a) Tomou conhecimento e concorda com todas as condições estabelecidas no instrumento convocatório/edital e seus anexos, objeto do Processo Licitatório nº: 092/2022 – Tomada de Preços nº: 013/2022, e que não existe fato impeditivo quanto a participação da empresa qualificada acima em participar no certame até a presente data, bem como devemos declará-los caso venha a ocorrer durante a execução do futuro contrato administrativo, caso a mesma seja declarada vencedora do certame;

b) no tocante aos requisitos de habilitação e que toda “Documentação/habilitação”, apresentada são de nossa autoria e responsabilidade e que nos preços apresentados em nossa “Proposta Comercial” estão inclusos todas as obrigações financeiras dentre elas encargos sociais e trabalhistas, bem como os demais constantes do referido instrumento licitatório e seus anexos;

c) sob pena de ação penal que nenhum dirigente, gerente ou sócio, membro do corpo técnico ou administrativo da declarante, pertence ao quadro temporário ou permanente da Prefeitura Municipal de Montalvânia-MG;

d) renúncia a qualquer indenização ou compensação, a qualquer título ou pretexto, em decorrência da participação desta empresa na supramencionada licitação;

e) não obstante, declara ainda sob pena da lei que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública nas esferas Municipais, Estaduais e/ou Federal.

Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente para um só efeito.

Local/Data ;...../...../.....

Nome do signatário

CPF nº: >>>

Observações: Esta declaração deverá ser entregue pelo representante da licitante, à Comissão de Permanente de Licitação no ato do credenciamento. E na ocorrência de não constituir representante para se fazer presente no ato do certame, esta declaração deverá ser anexada junto com documentação de habilitação (envelope 01), sob a pena de inabilitação.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SÍNTese DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilitação em engenharia, para a execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

Local/data..... de de

(Assinatura representante legal)

Observação: Em caso afirmativo assinalar a ressalva acima. Esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO V – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SÍNTese DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para do execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Policia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

DECLARAÇÃO

A empresa _____, CNPJ _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da Tomada de Preços nº 013/2022, DECLARA expressamente que: até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito.

Local/Data,.....de.....de

Assinatura do Declarante

Observação: Esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação, sob a pena de inabilitação.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO VI – MEMORIAL DESCRITIVO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SINTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para do execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Policia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

Observação: Este instrumento encontra-se impresso a disposição do licitante no Departamento de licitação.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO VII – PLANILHA ORÇAMENTARIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SINTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para do execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Policia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

Observação: Este instrumento encontra-se impresso a disposição do licitante no Departamento de licitação.

Atenção: A proponente licitante deverá elaborar a planilha orçamentária espelhando no detalhamento da planilha orçamentária, onde nenhum valor unitário ou total de cada item, nem tão pouco o valor global, poderá ser superior ao valor global previsto na planilha disponibilizada pelo Município.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO VIII - CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SINTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para do execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Policia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

Observação: Este instrumento encontra-se impresso a disposição do licitante no Departamento de licitação.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO IX – PROJETOS/CROQUIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SINTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para do execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Policia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

Observação: Este instrumento encontra-se impresso a disposição do licitante no Departamento de licitação.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO X – ATESTADO DE VISITA TECNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SINTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilitação em engenharia, para a execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

ATESTADO

A Prefeitura Municipal de _____, estabelecida – Centro – _____/MG, inscrita no CNPJ sob o número, **ATESTA** que o representante _____ da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, estabelecida _____, visitou o local onde deverá ser construída a _____, no Município de _____, atendendo a Tomada de Preços nº ____/____, Processo Licitatório ____/____, sendo observados todos os dados e elementos que possam ter influência nos desenvolvimentos dos trabalhos.

Por ser verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Eng. Fiscal
Departamento de Engenharia do Município



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SINTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para do execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, estabelecida à _____, representada por _____ (qualificação completa), declara, expressamente, que **opta por não realizar visita técnica ao local de execução do objeto**, assumindo todo e qualquer risco por esta decisão, bem como a responsabilidade na ocorrência de eventuais prejuízos que possam se dar em virtude da não realização da visita técnica. Neste ato, compromete-se ainda a prestar fielmente os serviços de acordo com o prescrito no edital e documentos em anexo, sendo tal declaração e manifestação fiel de sua livre vontade.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do responsável _____

CPF Nº:

(A assinatura deverá ter firma reconhecida)

Atenção licitante: Optando pela não realização da visita técnica, deverá ser elaborada esta declaração contendo toda a qualificação da empresa, a síntese do objeto e, preferencialmente deverá ser impressa em papel timbrado da empresa licitante



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO XII - PROPOSTA DE PREÇOS

(local/Data....., de de 2022

À
Prefeitura Municipal de Montalvânia
Att. Comissão Permanente de Licitação
MONTALVÂNIA-MG

Prezados Senhores,

A empresa (.....qualificar.), através do seu representante (.....qualificar.), infra assinado, tendo examinado as condições descritas no instrumento convocatório/edital e seus anexos, processo licitatório nº 092/2022 – Tomada de Preços nº 013/2022, objeto de “execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”, em conformidade com o detalhado nos instrumentos que integram esta licitação, não obstante certificamos que tomamos conhecimento de todos os instrumentos que integram a licitação objeto da Tomada de preços citada e em face disto concordamos em executar as obras pelo preço global de R\$ _____ (_____).

Outrossim, declaramos que:

- a) Tomamos conhecimento do local onde serão executadas as obras, conforme visita técnica;
- b) e declaramos ainda que assumimos total responsabilidade pela conclusão dos serviços no prazo avençado.
- c) Esta proposta compreende todas as despesas com mão-de-obra (inclusive leis sociais), materiais, ferramentas, transportes, equipamentos, impostos e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços, objeto do processo licitatório nº 092/2022 – Tomada de Preços nº 013/2022;
- d) Não obstante certificamos que concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias, contados da data final prevista para sua entrega, até que o contrato seja assinado



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



pelas partes e nos comprometemos a assinar o contrato administrativo no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data da notificação feita pela Administração.

Local e data

Atenciosamente,

Ass. signatário ou representante legal

Atenção>>> Preferencialmente a proposta deverá ser formulada em papel timbrado com os dados da empresa, anexando à mesma copia da planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, espelhando no que couber na planilha orçamentária e na planilha de cronograma físico financeiro disponibilizado pelo Município, sob pena de desclassificação da proposta.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



01 - MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Montalvânia
At. Comissão Permanente de Licitação
MONTALVÂNIA/MG

Prezado Senhor,

A empresa.....(qualificar)....., credencia o Sr. (..... qualificar.....) para representá-la em todos os atos e reuniões relativas à Licitação, inerente ao Processo Licitatório nº: 092/2022 – Tomada de Preços nº: 013/2022, que tem como objeto a Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para do execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

Não obstante certifica que o mesmo esta autorizado a assinar atas, rubricar documentações e proposta comercial, assinar e apresentar instrumento de interposição de recursos e contestações, receber intimações e notificações, desistir expressamente dos prazos recursais, enfim, praticar todos os atos necessários objeto do Processo Licitatório em referencia.

Local/Data _____ de _____ de

Assinatura do representante

Observação: Este documento só deverá ser emitido no caso do envio de representante devidamente credenciado, o qual deverá ser entregue diretamente ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Este modelo é exemplificativo e poderá ser substituído por qualquer sistema de procuração formal, onde neste caso, deverá vir acompanhada da copia do contrato social.



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



02 - MODELO - ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SINTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de pessoa jurídica com habilidade em engenharia, para do execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Policia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

A Prefeitura Municipal de Montalvânia/MG, através de seu órgão administrativo, inscrita no CNPJ sob o n.º 17.097.791/0001-12, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fredson Lopes França, no uso das atribuições legais, autoriza a empresa (qualificar)....., a dar início na “execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Policia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”., nos termos do instrumento convocatório/edital e seus anexos, objeto do Processo Licitatório nº 092/2022 – Tomada de Preços nº 013/2022, no valor global de R\$ (.....), devendo os serviços serem concluídos dentro do prazo 90 (noventa) dias corridos a contar da presente data, conforme previsto no contrato administrativo, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação.

Montalvânia, de de

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal

Recebido em:...../...../.....

.....
Assinatura do representante da Contratada



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



03 - MODELO - TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DOS SERVIÇOS

Declaramos que nesta data compareceu em nossa presença o representante credenciado da empresa (qualificar)..... Sr. (qualificar.....), para fazer a entrega dos serviços, objeto de contrato firmado em...../...../..... objeto da execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”, nos termos do Processo Licitatório nº 092/2022 – Tomada de Preços nº 013/2022, objeto do contrato administrativo celebrado em...../...../.....

Conforme se constatou que os serviços de reforma do prédio da Delegacia da Polícia Civil, foram realizados a contento, dentro dos padrões normais, estando, portanto, em condições de serem recebidos provisoriamente pela Prefeitura Municipal de Montalvânia, Estado de Minas Gerais.

Este documento, tem validade de 15 (quinze) dias a contar da data da sua assinatura, porém não desobriga a Contratada de quaisquer responsabilidades, especialmente no que se refere à obediência às normas e especificações técnicas contidas no contrato acima citado, ou de qualquer garantia quanto aos serviços executados, nem a exime ou exclui das responsabilidades previstas em lei.

Montalvânia(MG), de.....de.....

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Representante.....
Empresa.....
CONTRATADA

Testemunhas: 1. _____

2. _____



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



04 - MODELO - TERMO DE ENCERAMENTO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 17.097.791/0001-12, com sede administrativa na Av. Confúcio, 1150 – Centro, Montalvânia/MG, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Fredson Lopes França.....(qualificar....) e a empresa(qualificar)....., neste ato representada pelo Sr.....(qualificar)....., resolvem através do presente termo, encerrar o Contrato administrativo nº: 092/2022, celebrado em/...../..... para a “execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”, objeto do Processo Licitatório nº 092/2022 – Tomada de Preços nº 013/2022, dando-se mutuamente, plena, geral, rasa, e irrevogável quitação, para todos os fins de direito, nada mais tendo a reivindicar, em Juízo ou fora dele, a qualquer título, uma da outra, ressalvados, contudo, eventual débito da contratada de natureza tributária, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da exclusão do contrato ora encerrado, que venham a ser qualquer tempo apurados.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente termo em duas vias de igual teor e forma para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Montalvânia(MG), de..... de.....

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Representante.....
Empresa.....
CONTRATADA

Testemunhas: 1. _____

2. _____



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



05 - MODELO - TERMO DE RESPONSABILIDADE E GARANTIA DOS SERVIÇOS

A Empresa..... (qualificar)....., neste ato representada pelo Sr. (qualificar)....., declara através do presente termo que responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados da data do “Termo de Recebimento Definitivo dos serviços”, depois de tecnicamente testadas, nos termos do código civil. Diante disto a mesma através do seu bastante representante reconhece ainda por este instrumento, que é a única exclusiva responsável por danos e prejuízos supervenientes que vier propiciar ao erário ou a terceiros, em decorrência de qualidade inadequada de material aplicado na “execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas” objeto do contrato administrativo celebrado em/...../....., em face do desfecho do Processo Licitatório nº: 092/2022 – Tomada de Preços nº: 013/2022, não obstante a empresa(qualificar).... avoca para si toda a responsabilidade descrita no art. 69, 70 e 71 da Lei Federal 8.666/93, isentando o Município de Montalvânia, Estado de Minas Gerais de quaisquer corresponsabilidade.

Local/Data..... de..... de.....

Assinatura Representante Legal
Reconhecer firma em cartório



PREFEITURA DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: GENTE QUE FAZ
CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Montalvânia, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 8.666/93, torna público que fará realizar Licitação na forma que segue:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2022

TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2022

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para a “contratação de empresa de engenharia civil para a “execução de serviços de reforma, pautando na revitalização do prédio da Delegacia da Polícia Civil instalado na sede do Município de Montalvânia, através de recurso próprio do Município, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.307, de 11 de agosto de 2022-MG, em observância ao disposto no memorial descritivo, na planilha orçamentária, no cronograma físico financeiro e em observância ainda ao detalhado no projeto básico/especificações complementares, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Vias Urbanas”.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Por Preço Global

ENTREGA DOS ENVELOPES: Até o dia 29/11/2022 até as 14h00m – horário de Brasília

SESSÃO DE JULGAMENTO: Dia 29/11/2022 – às 14h00m – horário de Brasília

Maiores informações, sobre o instrumento convocatório/edital e anexos, poderão ser obtidas através do e-mail licitacao@montalvania.mg.gov.br onde considerando o princípio da isonomia e da transparência as respostas serão postadas no site oficial do Município www.montalvania.mg.gov.br – Departamento de Licitações.

Montalvânia/MG, 11 de novembro de 2022.

Elivando Nonato da Silva
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Portaria nº 011, de 01.07.2022